COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01

NIRE Nº 42 3 0003519-0

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética Estreito S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis , inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 28 de abril de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito (CEE ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5° Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma concessionária de uso do bem público, cuja principal área de atuação é a geração e a venda de energia elétrica. A ENGIE Brasil Energia também atua nos segmentos de *trading* de energia elétrica, de painéis solares, de transporte de gás e de transmissão de energia. No segmento de geração e venda de energia elétrica, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

Desempenho Operacional

Em 2022, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 4.221,0 GWh, 7,6% inferior aos 4.568,3 GWh gerados em 2021. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,2%, 0,1 p.p. superior aos 95,1% atingidos em 202

Desempenho Econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2022	2021	Variação (R$)	Variação (%)
Receita líquida de vendas	578.342	633.915	(55.573)	(8,8)
Lucro bruto	368.441	479.255	(110.814)	(23,1)
Margem bruta	63,7%	75,6%		(11,9) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	367.457	478.469	(111.012)	(23,2)
Ebitda (Lajida)	447.227	579.262	(132.035)	(22,8)
Margem Ebitda (Lajida)	77,3%	91,4%		(14,1) p.p.
Resultado financeiro	21.529	594	20.935	3.524,4
Lucro líquido do exercício	324.243	389.159	(64.916)	(16,7)

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A redução no Ebitda é motivada, substancialmente, pelo reconhecimento de R$ 137.845 referente a “Repactuação do risco hidrológico” em 2021. A Companhia em 2022 teve um resultado financeiro mais favorável em decorrência do aumento das rendas de aplicação financeira.

Recursos Humanos

Ao final de 2022, o Ceste contava com 31 colaboradores, um a menos que os 32 registrados ao final de 2021. CEE não tem quadro de colaboradores .

Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2022.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.002	347.653
Contas a receber de clientes	5	78.427	77.691
Depósitos vinculados	6	1.944	1.944
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		2.168	6.358
		185.614	**435.719**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	6.880	6.268
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	19.179	21.252
Outros ativos não circulantes		149	201
		26.208	**27.721**
Imobilizado	**8**	**1.536.266**	**1.607.755**
Intangível	**9**	**163.447**	**164.774**
Direito de uso de arrendamento		**131**	**241**
		1.726.052	**1.800.491**
TOTAL		**1.911.666**	**2.236.210**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	13.265	7.628
Dividendos	16	233.117	281.887
Concessão a pagar	12	7.481	6.954
Imposto de renda e contribuição social a pagar		30.103	21.124
Provisões para compromissos socioambientais	13	2.073	5.446
Outros passivos circulantes		17.313	15.917
		303.352	**338.956**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.880	6.268
Concessão a pagar	12	55.024	53.744
Provisões para compromissos socioambientais	13	7.749	7.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	170.923	159.374
Outros passivos não circulantes		3.786	3.053
		244.362	**229.592**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		989.380	1.369.380
Reservas de lucros		366.987	283.446
Dividendos adicionais propostos		7.585	14.836
		1.363.952	**1.667.662**
TOTAL		**1.911.666**	**2.236.210**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17**	**578.342**	**633.915**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8/9	(79.660)	(100.682)
Energia elétrica comprada para revenda		(35.226)	(78.925)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(44.374)	(46.475)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(6.013)	(27.736)
Serviços de terceiros		(20.848)	(19.645)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(9.819)	(9.704)
Repactuação do risco hidrológico	9	-	137.845
Outros		(13.961)	(9.338)
		(209.901)	**(154.660)**
LUCRO BRUTO		**368.441**	**479.255**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(212)	(240)
Despesas gerais e administrativas		(767)	(579)
Outras receitas operacionais, líquidas		(5)	33
		(984)	**(786)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**367.457**	**478.469**
Resultado financeiro	**18**		
Receitas financeiras		32.259	12.120
Despesas financeiras		(10.730)	(11.526)
		21.529	**594**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**388.986**	**479.063**
Imposto de renda e contribuição social	**19**		
Corrente		(53.194)	(31.137)
Diferido		(11.549)	(58.767)
		(64.743)	**(89.904)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**324.243**	**389.159**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,3277**	**0,2842**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**324.243**	**389.159**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**324.243**	**389.159**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2020	**15**	**1.369.380**	**46.615**	**144.395**	**79.625**	**-**	**-**	**1.640.015**
Dividendos intermediários		-	-	-	(79.625)	-	-	(79.625)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	389.159	389.159
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	19.458	-	-	-	(19.458)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	72.978	-	-	(72.978)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(281.887)	(281.887)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	14.836	(14.836)	-
Saldos em 31.12.2021	**15**	**1.369.380**	**66.073**	**217.373**	**-**	**14.836**	**-**	**1.667.662**
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(14.836)	-	(14.836)
Redução de capital		(380.000)	-	-	-	-	-	(380.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	324.243	324.243
Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	(89.000)	(89.000)
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	16.212	-	-	-	(16.212)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	67.329	-	-	(67.329)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(144.117)	(144.117)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.585	(7.585)	-
Saldos em 31.12.2022	**15**	**989.380**	**82.285**	**284.702**	**-**	**7.585**	**-**	**1.363.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	388.986	479.063
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	79.770	100.793
Repactuação do risco hidrológico	-	(137.845)
Variação monetária	3.492	5.519
Juros	4.557	4.540
Outros	1.100	207
Lucro antes dos tributos ajustado	**477.905**	**452.277**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	185	18.469
Depósitos vinculados	(560)	(2.039)
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	2.073	2.073
Outros ativos	(2.293)	568
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	6.250	(1.257)
Outros passivos	1.261	(110)
Caixa gerado pelas operações	**484.821**	**469.981**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(37.316)	(27.533)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**447.505**	**442.448**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(9.622)	(4.564)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(9.622)**	**(4.564)**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(380.000)	-
Parcelas de concessão pagas	(7.661)	(6.985)
Dividendos pagos	(296.723)	(209.298)
Outros	(150)	(100)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(684.534)**	**(216.383)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(246.651)**	**221.501**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	347.653	126.152
Saldo final	101.002	347.653
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(246.651)**	**221.501**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(2.001)	(2.001)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(6.987)	(3.241)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 25.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa – e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[1], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão, após a extensão prevista pela repactuação do risco hidrológico, é de aproximadamente 40 anos, sendo seu vencimento em fevereiro de 2043. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

[1]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Concessão a pagar

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. Foi registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 – Imobilizado.

c) Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica “Repactuação do risco hidrológico”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração – *impairment*

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

j) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste (entidade sem personalidade jurídica) para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 - Ativo imobilizado, CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 - Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do *Proceeds before Intended Use*, as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21			
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	151	201
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	100.851	347.452
	101.002	**347.653**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Distribuidoras	77.198	70.007
Transações realizadas na CCEE[1]	1.246	7.701
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17)	(17)
	78.427	**77.691**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente

45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2022 e 31.12.2021 que não estejam considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos para reinvestimento	1.944	1.944
Ativo circulante	**1.944**	**1.944**
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	6.880	6.268
Ativo não circulante	**6.880**	**6.268**
	8.824	**8.212**

A Companhia mantém depósito vinculado que visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito por meio de repasse dos valores acordados.

NOTA 7. PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os "prêmios de risco" devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo o valor amortizado, em 2022 e 2021, de R$ 2.073.

a) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
2024	2.073
2025	2.073
2026	2.073
2027	2.073
2028	2.073
2029 a 2033	8.814
	19.179

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2022			31.12.2021
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00%	1.680.887	(684.628)	996.259	1.045.385
Máquinas e equipamentos	3,20%	861.913	(349.639)	512.274	538.494
Edificações e benfeitorias	3,00%	34.900	(13.270)	21.630	22.634
Móveis e utensílios	6,30%	264	(102)	162	161
Veículos	14,30%	488	(464)	24	36
		2.578.452	**(1.048.103)**	**1.530.349**	**1.606.710**
Em curso		**5.917**	**-**	**5.917**	**1.045**
		2.584.369	**(1.048.103)**	**1.536.266**	**1.607.755**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2022 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2020	**1.108.932**	**566.087**	**23.038**	**224**	**5.748**	**1.704.029**
Ingressos	-	-	-	-	2.563	2.563
Transferências	149	6.234	870	13	(7.266)	-
Depreciação	(63.696)	(33.827)	(1.274)	(40)	-	(98.837)
Saldos em 31.12.2021	**1.045.385**	**538.494**	**22.634**	**197**	**1.045**	**1.607.755**
Ingressos	-	-	-	-	6.864	6.864
Transferências	723	1.198	41	30	(1.992)	-
Baixas	-	(20)	-	-	-	(20)
Depreciação	(49.849)	(27.398)	(1.045)	(41)	-	(78.333)
Saldos em 31.12.2022	**996.259**	**512.274**	**21.630**	**186**	**5.917**	**1.536.266**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2022 e 31.12.2021.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9. INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2022			31.12.2021
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Total
Direito de extensão de concessão	Até 2043.	137.845	-	137.845	137.845
Direito de concessão	Até 2043.	43.137	(18.598)	24.539	25.799
Direito de uso de servidão	Até 2037.	24.701	(23.638)	1.063	1.130
		205.683	**(42.236)**	**163.447**	**164.774**

a.1) Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei nº 14.052, que alterou em partes a Lei nº 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em reunião do Conselho de Administração de sua controladora ENGIE Brasil Energia, realizada em 15.12.2020, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; e (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte.

Adicionalmente, em julho de 2021, foi publicada a Lei n° 14.182, que trata sobre a desestatização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF (*Generation Scaling Factor*), passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento.

As Resoluções Homologatórias n° 2.919/2021 e n° 2.932/2021, homologaram o prazo de extensão da outorga das usinas, sendo que a segunda é relativa as usinas que foram afetadas pelo novo tratamento do período anterior ao início de vigência da repactuação do risco hidrológico.

b) Mutação do intangível

Saldo em 31.12.2020	**28.775**
Ingresso	137.844
Amortização	(1.845)
Saldo em 31.12.2021	**164.774**
Amortização	(1.327)
Saldo em 31.12.2022	**163.447**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2022, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de materiais e serviços	13.850	8.486
Encargos de uso da rede elétrica	3.760	4.402
Energia elétrica comprada para revenda	2.535	1.008
	20.145	**13.896**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	13.265	7.628
Passivo não circulante	6.880	6.268
	20.145	**13.896**

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à índices flutuantes relacionados às variações do IPCA, em decorrência dos saldos da concessão a pagar.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	**2022**	**2023**	**Provável**	**Δ + 25%** (*)	Administração
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2023. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2023, em comparação com o ano de 2022, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Concessão				
IPCA	62.505	(98)	263	(274)

Destaca-se que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13.265	6.880	-	-	20.145
Concessões	7.841	15.620	15.620	78.749	117.830
	21.106	**22.500**	**15.620**	**78.749**	**137.975**

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 7 – Prêmio de riscos a apropriar – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	100.851	347.452
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	151	201
Contas a receber de clientes	78.427	77.691
Depósitos vinculados	8.824	8.212
	188.253	**433.556**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	20.145	13.896
Concessão a pagar	62.505	60.698
	82.650	**74.594**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Mutação da concessão a pagar

	Total
Saldos em 31.12.2020	**56.553**
Juros e variação monetária	11.130
Amortizações	(6.985)
Saldos em 31.12.2021	**60.698**
Juros e variação monetária	9.467
Amortizações	(7.660)
Saldos em 31.12.2022	**62.505**

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2022, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.01.2038	1.960	30.057	5.889	117.830

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2024	6.773
2025	6.157
2026	5.597
2027	5.088
2028	4.625
2029 a 2033	17.531
2034 a 2038	9.253
	55.024

NOTA 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 31.12.2022 é de R$ 12.599 (R$ 14.600 em 31.12.2021).

NOTA 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2022				31.12.2021
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	368.488	92.121	33.164	125.285	113.367
Repactuação de risco hidrológico	137.845	34.460	12.406	46.866	46.866
Outros	383	96	34	130	83
		126.677	**45.604**	**172.281**	**160.316**
Ativo:					
Provisões	3.477	869	313	1.182	814
Outros	517	129	47	176	128
		998	**360**	**1.358**	**942**
Valor líquido		**125.679**	**45.244**	**170.923**	**159.374**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2024	65	48
2025	61	45
2026	1.232	7.384
2027	-	7.414
2028	-	7.453
2029 a 2033	-	44.484
2034 em diante	-	105.453
	1.358	**172.281**

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2022 era de R$ 989.380 (R$ 1.369.380 em 31.12.2021), representado por 989.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 989.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva legal	82.285	66.073
Reserva de incentivos fiscais	284.702	217.373
	366.987	**283.446**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o qual terá vigência até 31.12.2026. Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

NOTA 16. DIVIDENDOS

a) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2020	**129.673**
Dividendo mínimos obrigatórios	281.887
Dividendos intermediários aprovados no exercício	79.625
Dividendos pagos no exercício corrente	(209.298)
Saldo em 31.12.2021	**281.887**
Dividendo mínimos obrigatórios	144.117
Dividendos intercalares	89.000
Dividendos intermediários aprovados no exercício	14.836
Dividendos pagos no exercício corrente	(296.723)
Saldo em 31.12.2022	**233.117**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2022 a Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia a proposta de pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 7.585.

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	639.565	618.562
Transações no mercado de curto prazo	2.738	79.593
	642.303	**698.155**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(59.413)	(60.865)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.548)	(3.375)
	(63.961)	**(64.240)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**578.342**	**633.915**

NOTA 18. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	30.833	11.038
Juros sobre valores a receber	1.426	1.082
	32.259	**12.120**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Concessão a pagar	9.467	11.130
Outros	8	11
Outras despesas financeiras	1.255	385
	10.730	**11.526**
Resultado financeiro	**(21.529)**	**(594)**

NOTA 19. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2022			2021		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**388.986**	**388.986**	**388.986**	**479.063**	**479.063**	**479.063**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(97.246)**	**(35.009)**	**(132.255)**	**(119.765)**	**(43.116)**	**(162.881)**
Diferenças permanentes						
Incentivos fiscais	67.330	-	67.330	72.978	-	72.978
Outros	140	42	182	5	(6)	(1)
	(29.776)	**(34.967)**	**(64.743)**	**(46.782)**	**(43.122)**	**(89.904)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(21.284)	(31.910)	(53.194)	(3.571)	(27.566)	(31.137)
Diferido	(8.492)	(3.057)	(11.549)	(43.211)	(15.556)	(58.767)
	(29.776)	**(34.967)**	**(64.743)**	**(46.782)**	**(43.122)**	**(89.904)**

NOTA 20. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5° Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2022, o saldo remanescente do contrato é de R$ 12.734.132 .

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2022, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 393.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2022, o saldo a realizar do contrato é de R$ 625.789 .

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2022, é de R$ 32.343 .

NOTA 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		
	Fornecedor		
	Energia	Outros	Dividendos
31.12.2022			
EBC[1]	2.536	-	-
EBE	802	-	233.117
	3.338	**-**	**233.117**
31.12.2021	**1.008**	**553**	**281.887**

(1) ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

	Receita	Custo	Despesa
	Suprimento de energia elétrica	Compra de energia	Serviços de terceiros
31.12.2022			
EBC	-	20.485	-
EBE	-	14.471	496
	-	**34.956**	**496**
31.12.2021	**31.537**	**78.833**	**450**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2022 é de R$ 462.588 .

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2022, é de R$ 97.318 (R$ 120.778 em 31.12.2021).

NOTA 22. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2023 e o valor de cobertura é de R$ 2.700.948 relativa a danos materiais e R$ 215.323 relativa a lucros cessantes.

NOTA 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento dividendos

A Companhia realizou o pagamento parcial dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 89.000 em 19.01.2023.

b) Recomposição do prazo da outorga da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito")

Em 2016, em virtude do reconhecimento dos eventos excludentes de responsabilidade da UHE Estreito que ocasionaram o atraso do início da operação comercial, foi possível pleitear a recomposição do prazo da outorga. Em 31.01.2023, nos termos da Lei 13.360/2016, do contrato de concessão nº 094/2002 e por meio da Nota Técnica nº 877/2022–SCG/SFG/Aneel, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou por unanimidade a recomposição de prazo de concessão da UHE Estreito, em 852 dias.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da Companhia Energética Estreito).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC